

PCGT - ID 1190 - Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário (adequação ao RJIGT) - Parecer

Assunto: PCGT - ID 1190 - Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário (adequação ao RJIGT)

Exmos. Srs.

No seguimento da notificação recebida através de correio eletrónico da CCDR Algarve, de 03/02/2026, tendo por base o Aviso n.º 2439/2025/2 publicado em Diário da República, pelo Município de Lagoa para o procedimento de “Alteração do Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário” e no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, convocando a conferência procedimental destinada à emissão do parecer final sobre o plano identificado em epígrafe, somos apresentar o respetivo de parecer desta Administração.

1. A presente proposta de Plano de Urbanização, interseta a área de jurisdição portuária do Porto de Portimão, na frente de águas, em Ferragudo.
2. Tendo por base os elementos disponibilizados através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e analisado o teor dos documentos das peças escritas e desenhadas, que constituem a proposta de alteração do Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário, no município de Lagoa, considera-se que toda a zona do Plano se encontra em zona urbana e em nada se relaciona com a atividade portuária do Porto de Portimão.
3. De referir que foi concluída a transferência para o Município de Lagoa, através de protocolo próprio, das áreas no âmbito dos Decreto-Lei n.º 97/2018, 27/11 - Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, bem como, Decreto-Lei n.º 58/2019, 30/04 - Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores e nos domínios da gestão de áreas afetas à atividade de náutica de recreio e áreas não afetas à atividade portuária.
4. No entanto, encontra-se em avaliação o processo a transferência de competências no domínio das áreas urbanas sem interesse portuário, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 72/2019, 28/05 - Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

Neste sentido e do exposto, somos a informar que esta Administração emite parecer favorável.

04/032026
APS